No livro "Torto Arado", o escritor Itamar Vieira aborda a luta de mulheres brasileiras por direitos, e a resistência e o protagonismo nas dinâmicas coletivas no campo. Análogo à ficção, as lutas femininas, no âmbito político, escancaram o machismo estrutural com a imposição do mando a todo custo. Essa hegemonia delimita números desiguais de candidaturas a esses gêneros, delega às mulheres subcategorias em cargos políticos e provoca a baixa representatividade feminina na política.

Em primeiro plano, a disparidade de cargos políticos delegados às mulheres em relação aos homens limita a sua participação na esfera de poder. Segundo o site Brasil de Fato, em sua publicação em 2023, as mulheres compõem a maior parte do público eleitoral, cerca de 52,62%; entretanto, aquelas que exercem de fato o poder público somam 18,2% de candidatas eleitas. Diante disso, a não efetivação da cidadania garantida às mulheres assegurada pelo Estado provoca a invisibilidade feminina na política.

Somado aos números desiguais de candidaturas, as mulheres que ocupam esse espaço de direito ainda enfrentam a ausência do real exercício de poder público no qual são negligenciadas a capacidade de exercer tal função. Nessa conjectura, a autora Clarice Lispector enfatiza "não basta existir é necessário pertencer". Nesse sentido, evidenciase não somente a participação da representatividade feminina em cargos políticos, mas a equiparação do exercício do poder nas decisões políticas nos cargos aos quais ocupam.

Além disso, a escassez de presença feminina na esfera pública desencoraja outras mulheres a exercerem plenamente seu direito como cidadãs. Um exemplo marcante é a presidência, ocupada por uma única mulher Dilma Rousseff no país, demonstra de forma clara a distribuição desigual de oportunidades e as carências de referências, como Dilma, que contribuem para fortalecer o engajamento político entre as mulheres na sociedade.

Sendo assim, assegurar a participação e a liberdade feminina na esfera política urge medidas para garantir o seu exercício. Destarte, por meio da Instituição do STF, o Superior Tribunal Federal, através da fiscalização e punição dos partidos que não cumpram as cotas determinadas para mulheres, além do incentivo à participação delas através da mídia com o intuito de promover sua cidadania efetivada. A fim de obtermos um país no qual situações como as vivenciadas em "Torto Arado" sejam menos recorrentes no meio social.

Turma: 2° AII. Equipe: Raifran Santos Guimarães, Maria de Fátima Prado Neves e Cauan de Jesus de Queiroz Santos.

Tema: Desafios à sub-representação feminina na política brasileira.